

CONTROLADORES DE ACESSO DA AGENDA PÚBLICA: AS CONSTRUÇÕES DE MASCULINIDADES CISGÊNERAS HEGEMÔNICAS NO PANORAMA PRÉ-ELEITORAL DE 2018 NO BRASIL

Vicente Tchalian¹

Lucas Guerra da Silva²

Resumo: Esse trabalho observou discursos de pré-candidatos à presidência do Brasil em 2018, com vistas a analisar como se dão construções de masculinidades ali performadas. Nosso escopo teórico centra-se nas discussões sobre *masculinidade hegemônica* e participação política de mulheres no cenário brasileiro, na crítica ao *dispositivo da transgeneridade* e à cisnormatividade heterocentrada. Partimos da observação e tabelamento dos dados gerados por meio de vídeos postados no site Youtube® e popularidade no Facebook, além de dados de pesquisas do Datafolha para propor uma análise crítica da atual conjuntura política do país, a partir do aprofundamento da categoria “controladores de acesso”.

Palavras chave: masculinidade; política; discurso.

Abstract: The present work aimed to observe the speeches of presidential candidates of the year 2018 in Brazil to perceive how constructions of masculinities performed by these actors are given. Our theoretical scope focuses on discussions about hegemonic masculinity and political participation of women in Brazil politics, as well as the critique of transdispositive and heterocentric cisnormativity. We started with the observation and tabulation of data generated through videos posted on Youtube® and the interaction of the public with them, as well as data from Datafolha surveys to propose a critical analysis of the current political situation, throughout the deepening of the category “access controllers”.

Keywords: masculinity; politics; discourse.

Introdução

Os processos de construção de masculinidades não são descolados da história, da cultura, das estruturas sociais e instituições do Estado. Uma das referências mais citadas nos estudos sobre essa temática é Raewyn Connell, cuja obra consis-

1 Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea (UFMT), cursando doutorado no mesmo programa. E-mail: tchalian2@gmail.com.

2 Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (Unochapecó), cursando doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea (UFMT). E-mail: lucasguerra.psicologo@gmail.com.

te na consagração da categoria *masculinidade hegemônica*, que segundo a autora poderia ser definida como “uma configuração de práticas organizadas em relação à estrutura das relações de gênero” (CONNELL, 2013, p. 259). Tais práticas repetidas historicamente vão enrijecendo as possibilidades de construções de masculinidades diferentes das hegemônicas, alocando assim apenas em alguns corpos essa performance. Entretanto, podemos perceber que durante esse processo de repetição emergem também possibilidades de fuga, de desvios da rota prevista.

Que a masculinidade hegemônica está relacionada com formas particulares de representação e **uso dos corpos dos homens** já foi reconhecido desde as formulações iniciais do conceito. (CONNELL, 2013, p. 269, destaque nosso).

Ao afirmar que por masculinidade podemos compreender práticas e *uso dos corpos dos homens*, Connell (2013) não leva em consideração, por exemplo, os corpos transmasculinos. Essa prática de exclusão de masculinidades apresentadas por corpos não cisgêneros constitui uma ferramenta que cria a norma ao mesmo tempo que cria o anormal. Podemos dizer que o mesmo ocorre com outras masculinidades (gays, pessoas com deficiência, negros, idosos, etc.).

Pensar os corpos humanos categorizando-os de acordo com uma diferença anatômica visível é uma tradição já bastante imbricada na estruturação de todo o globo, salvo raras exceções. Tem-se que durante os estudos sobre anatomia, mediante procedimentos de investigação invasiva em cadáveres fabricaram-se desenhos que foram espalhados pelo Ocidente e que são utilizados até hoje como verdades. Como demonstrou Laqueur (2001), apenas na história recente os livros de anatomia humana descrevem o clitóris de forma mais realista, graças às tecnologias médicas.

Essas construções de uma versão universalizante da história, repetidas cotidianamente por meio de instituições já eleitas como produtoras de realidades produzem um efeito de verdade a essas construções. Vivemos na contemporaneidade os resultados dessas cadeias de efeitos, produtoras de verdades que compartilhamos, reiterando assim sua veracidade ou, ao menos, credibilidade. Consideramos que vivemos ainda a não atualização desses mitos-verdades divulgados pela ciência ocidental, tanto na forma como compreendemos e fazemos ciência, como na forma com que fazemos as informações obtidas por meio desses processos chegarem às demais pessoas. Bom exemplo disso são as políticas públicas com foco em saúde da população masculina cisgênera.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (BRASIL, 2008) apresenta a definição de que existe uma realidade singular masculina pautada na cisgeneridade como norma e atrelada a diversos contextos corporais-anatômicos, socioculturais, políticos e econômicos que teria impacto direto na

sua situação de saúde.

Esta política também prevê distinções em masculinidades presentes em diferentes contextos, como homens não cisgêneros, homens com deficiências, homens em privação de liberdade, em interseccionalidade com raça e etnia, etc., ainda que assuma que existe de fato no contexto brasileiro um conceito aplicável de masculinidade hegemônica. Esse conjunto estruturado de regras e definições cria o que podemos chamar a partir de leituras de Foucault (1993) e Bento (2014) como *dispositivo da masculinidade*, ou seja, para além de um conjunto de práticas, um conjunto de procedimentos e protocolos que criam uma norma.

Quando observamos o contexto brasileiro, sobretudo no atual momento político em que há disputas de discursos acerca de masculinidades, onde de um lado são reproduzidos conteúdos de ódio que pretendem exercer mais eliminação, em contrapartida à maior visibilidade de corpos iminentemente em risco de eliminação por ultrapassarem as construções “ordinárias”; nos questionamos: como têm se dado as construções de masculinidade no campo da política hegemônica, tendo por base a atual conjuntura de pré-candidaturas à Presidência da República no Brasil? E percebemos aí uma manifestação de trânsito com destaque para tais construções de *masculinidades hegemônicas* performadas na plataforma observada Youtube®. A escolha tanto do tema quanto do campo se deram por perceber o grande número de acessos aos conteúdos analisados a partir dos vídeos, comentários, visualizações e curtidas.

O objetivo deste estudo é dialogar o processo de construção de **masculinidades hegemônicas**, levando em consideração os apontamentos teóricos de Rawyn Connell, com vistas a produzir uma discussão acerca destes processos de construção na realidade política brasileira. Os apontamentos da teórica destacada dão-se em função da mesma trazer o conceito de masculinidade hegemônica a partir de estudos realizados na Austrália, propondo-se a contribuir como uma autora do Sul. Connell, entretanto, representa um Sul bastante específico, sobretudo considerando o recorte corporativo baseado no neoliberalismo econômico como atual foco de trabalho.

Os estudos de Connell (2016) acerca de masculinidades hegemônicas presentes na obra **Gênero em termos reais** traduzem apenas um recorte do universo de homens cisgêneros, em sua maioria heterossexuais: o que diz respeito às masculinidades hegemônicas corporativas. A autora analisa a masculinidade corporativa, mas não aponta em nenhum momento que existem divergentes – no sentido de não necessariamente apenas uma – produções de masculinidades em disputa (ou mesmo em congruência) no campo do hegemônico. Masculinidades podem ser plurais e coabitarem um mesmo espaço hegemônico, em nossa análise, ao observarmos a realidade brasileira. De certa forma Connell na obra contribui a partir de frágeis métodos de pesquisa e categorias de análise binárias na reprodução de análises unilaterais, simplistas na tentativa de generalização acerca do

fenômeno de produção de masculinidade hegemônica. Sequer reflete a categoria da cisgeneridade, versus outras experiências de potenciais construções.

Certamente podemos crer que tal como Connell na Austrália, se fizermos um recorte corporativo teremos uma amostra evidentemente tendenciosa que apontaria para um tipo de produção hegemônica de masculinidade cisgênera. Justamente a masculinidade corporativa apresentada por ela em suas pesquisas, que são observáveis em outras estruturas, em espaços legítimos de disputa de construção em políticas de Estado. Cisgênera, evidentemente enquanto categoria relevante, em função de transmasculinidades terem participado precariamente do rol de masculinidades que habitam a realidade corporativa no Brasil. No entanto, se mudarmos o enquadramento de observação e recortarmos o cenário político do país, atravessado por todos os conflitos ideológicos, poderemos pensar diferentes processos de construção de masculinidades coabitando as disputas hegemônicas que encontram espaço para se estabelecer no atual cenário político brasileiro.

O processo de gerar os dados do presente trabalho consistiu em três etapas principais (1) tabular as informações sobre os vídeos com o número de visualizações, número de inscritos nos canais, bem como analisar o número de curtidas nas páginas de Facebook® dos candidatos a fim de mensurar sua popularidade em outra plataforma que não a Datafolha; (2) assistir os vídeos com maior número de visualizações dos pré-candidatos que ocupam os três primeiros lugares da pesquisa do site Datafolha (2018), sendo eles Álvaro Dias, Geraldo Alckmin e Jair Bolsonaro; onde foram observados os seguintes elementos compreendidos como performativos presentes nos vídeos assistidos: corpo (gestos, forma de ocupar o espaço) e discurso (palavras-chave); e (3) discutir as percepções dos autores sobre os dados gerados.

Os controladores de acesso mudam?

Connell (2016) no capítulo “*Os controles de acesso mudam: homens, masculinidades e igualdade de gênero*” na obra *Gênero em termos reais* dedica-se a refletir acerca de marcos legais e acessos diferenciados a alguns espaços para homens e mulheres. Apresenta alguns conceitos importantes para sua teoria, como a *internacionalização* dos estudos acerca de masculinidades, famílias e paternidade durante a década de 1990; e as preocupações mundiais com a temática no início dos anos 2000. Trata das políticas de gênero para mulheres que proporcionaram críticas ao feminismo. Analisa que homens tem papel de auxílio nas conquistas das mulheres. Pontua que o neoliberalismo é uma estrutura da masculinidade que regula o Estado, e termina com otimismo, acreditando que o discurso de igualdade entre homens e mulheres pode vir a ser o discurso hegemônico dos homens [cisgêneros, certamente].

Esse capítulo é marcado por diversas afirmações extremamente perigosas acerca de se pensar relações de gênero. A autora invisibiliza as categorias de cisgeneridade para falar de quais políticas e voltadas para quais mulheres – e homens – se trataram historicamente pactos e políticas públicas. Além disso, Connell também trata com superficialidade a historicidade das conquistas das mulheres. Nos parece óbvio que as políticas das mulheres passaram pelo crivo dos homens. Até hoje a maioria dos parlamentos de todos os países ocidentais não contam com paridade de gênero dentro das estruturas, o que representa que basicamente todas as pautas, em todos os tempos desde a emergência de Estados-Nação tenham sido empreendidas por homens cisgêneros passíveis de regularem as políticas para as mulheres cisgêneras e também outros corpos não-cisgêneros e não-normativos. Isso não indica em nenhum momento, no entanto, que tenha sido algo a se analisar com otimismo.

Pelo contrário. O movimento sufragista, para falar especificamente da história das mulheres cisgêneras, sofreu com agressivas repressões por parte de um Estado completamente masculino e sem participação alguma de mulheres. Prisões, abusos físicos e psicológicos. Movimentações extremas, assassinatos, perseguições e suicídios de mulheres foram necessários para que a pressão colocasse o direito ao voto das mulheres como debate na agenda pública – tendo sido recusado diversas vezes antes de sua aprovação em diversos Estados-Nação no mundo. Na Arábia Saudita somente agora em 2018 o governo permitiu que as mulheres do país tivessem direito a dirigir um automóvel. Precisamente devemos refletir em que momento um Estado reconhecer o direito de uma mulher dirigir um automóvel poderá ser considerado como uma suposta mudança de consciência das masculinidades daquele contexto, sem passar pela reflexão de que na verdade o que provavelmente está acontecendo é uma revelação das estruturas de opressão produzidas por movimentos de conscientização internacional, e uma conscientização das próprias mulheres. Não fosse assim, não haveria repressões e opressões assimétricas, e resistências de parlamentos (e outros modos plurais de governo) masculinos acerca de políticas para mulheres, tratadas historicamente no campo do polêmico e dos supostos privilégios buscados, em vez de igualdade e equidade. A própria Connell diz isso, mas não atenta sua análise para o fenômeno de repressão que as políticas para mulheres sofrem nos trâmites parlamentares e mesmo na repercussão popular, para evidenciar um modelo analítico otimista, e até mesmo oportunista ao produzir uma simetria de “parceria” entre homens cisgêneros e mulheres cisgêneras (que dirá com transgêneros/as), quando a história não é marcada por acordos simpáticos e de movimentos majoritários.

No entanto, os *controladores de acesso* do campo da agenda pública, enquanto agentes homens cisgêneros brancos que vemos reproduzirem-se na cena *mainstream* da espetacularização no Brasil podem ser visualizados como uma categoria de análise fundamentada na observação. Essa problemática pode ser verificada no

mapeamento a partir do critério de popularidade no Facebook® e em visualizações nas entrevistas do YouTube® de todos e todas as vinte e uma pré-candidatas e candidatos à Presidência da República Federativa do Brasil de 2018 a partir da pesquisa Datafolha (2018) dos dias 06 e 07 de junho. Vale lembrar que a candidatura do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva não foi contabilizada nesta tabela em função da sua situação de prisão no momento do desenvolvimento deste estudo. No entanto, acreditamos que Lula represente também uma figura de construção de masculinidade representativa para o campo do hegemônico, ainda que não pudéssemos analisá-lo nos critérios do estudo.

Tabela 1: Curtidas e visualizações de pré-candidaturas citadas no Datafolha de 06 e 07 de junho de 2018

Candidato/a	Partido	Curtidas no Facebook	Visualizações em entrevistas	Tempo do vídeo disponível
Aldo Rebelo	Solidariedade	70 mil	1.100 TV UOL	1 mês
Alvaro Dias	Podemos	1 milhão e 200 mil	2.130 TV UOL	1 mês
			31.200 SABATINA UOL FOLHA E SBT	1 mês
			12.000 JOVEM PAN	6 horas
			41.000 P1 / 16.000 P2 BAND ELEIÇÕES	1 mês
			1500 CORREIO BRAZILIENSE	2 dias
Ciro Gomes	PDT	270 mil	46.615 TV UOL	1 mês
			332.450 SABATINA UOL FOLHA E SBT	2 semanas
			194.000 P1 / 115.000 P2 BAND ELEIÇÕES	1 mês
			7.800 CORREIO BRAZILIENSE	2 dias
Cristovam Buarque	PPS	210 mil		
Eymael	PSDC	12 mil		
Fernando Collor	PTC	103 mil		
Flavio Rocha	PRB	206 mil	111.000 JOVEM PAN	1 semana
			31.000 P1 / 13.000 P2 BAND ELEIÇÕES	1 mês

Geraldo Alckmin	PSDB	925 mil	4.260 TV UOL	1 mês
			29.690 SABATINA UOL FOLHA E SBT	2 semanas
			16.960 P1 / 13.000 P2 BAND ELEIÇÕES	1 mês
			490 CORREIO BRAZILIENSE	2 dias
Guilherme Boulos	PSOL	273 mil	5.600 TV UOL	1 mês
			428.000 JOVEM PAN	2 semanas
			16.000 P1 / 11.000 P2 BAND ELEIÇÕES	3 dias
Henrique Meirelles	PSD	150 mil	2.280 TV UOL	1 mês
			47.000 JOVEM PAN	3 dias
			223 CORREIO BRAZILIENSE	2 dias
Jair Bolsonaro	PSL	5 milhões e 300 mil	658.000 JOVEM PAN	2 semanas
			106.000 CORREIO BRAZILIENSE	2 dias
João Amoedo	NOVO	1 milhão		
João Goulart Filho	PPL	4 mil		
Levy Fidelix	PRTB	232 mil		
Lula	PT	3 milhões e 400 mil		
Manuela D'Ávila	PCdoB	646 mil	8.440 TV UOL	1 mês
			2.700 CORREIO BRAZILIENSE	2 dias
Marina Silva	Rede	2 milhões e 300 mil	55.040 SABATINA UOL FOLHA E SBT	2 semanas
			72.000 JOVEM PAN	24 horas
			12.000 P1 / P2 6.800 BAND ELEIÇÕES	2 semanas
			89 CORREIO BRAZILIENSE	24 horas
Paulo Rabello Castro	PSC	35 mil	9.000 CORREIO BRAZILIENSE	2 dias
Rodrigo Maia	DEM	96 mil	2.300 TV UOL	1 mês
			8.400 P1 / 4.600 P2 BAND ELEIÇÕES	3 semanas
			16 CORREIO BRAZILIENSE	2 dias
Vera Lucia	PSTU	14 mil		

Fonte: Dados nossos, coletados nas plataformas Facebook e YouTube a partir da apresentação das pré-candidaturas apontadas pelo Datafolha de 06 e 07 de junho de 2018.

A tabela evidencia também que há mulheres cisgêneras em disputa neste campo do hegemônico. A pré-candidata Manuela D'Ávila no período recortado para a pesquisa aparecia como a sétima mais curtida no Facebook® e com visualizações superiores a diversos candidatos mais curtidos, o que no cruzamento de dados a posiciona como em disputa pelo campo do hegemônico. Marina Silva tem figurado na disputa do hegemônico há considerável tempo, e protagonizou nas eleições presidenciais de 2014 o fenômeno de entre quatro candidatas/os mais votadas/os em primeiro turno, três serem mulheres – Presidenta Eleita Dilma Rousseff, que na ocasião elegeu-se para um segundo mandato, a própria Marina Silva como a terceira candidata mais votada do Brasil naquele pleito, seguida de Luciana Genro. No entanto, como a proposta deste estudo é evidenciar o foco nos discursos e performances de masculinidades que inclusive impõe-se no âmbito da política no Brasil como controladores de acesso da agenda pública, ambas – e as demais – pré-candidaturas de mulheres não compõem o foco desta pesquisa.

O foco na construção das masculinidades é recorte fundamental de ser traçado em função do panorama que Boneti (2017) apresenta: mulheres continuam subjugadas na política e sendo utilizadas como “laranjas” apenas em função de suas candidaturas serem obrigatórias pelo sistema de cotas; a participação política das mulheres continua sendo inferior à dos homens, verificadas tanto no panorama de pré-candidaturas visualizadas acima quanto em contextos regionais, como aquele que traça especificamente em sua pesquisa no oeste catarinense.

O Brasil é 116º país em um ranking de 190 em participação de mulheres no espaço legislativo; apenas em 1995 tivemos uma primeira mulher governadora, Roseana Sarney, e apenas em 2010 uma presidenta da república, Dilma Rousseff. “A ausência da participação feminina na política reflete a questão da invisibilidade das mulheres como cidadãs e sujeitos da vida pública” (BONETI, 2017, p. 29). Também é possível verificar no Brasil o quão díspar é o tratamento dispensado aos pré-candidatos homens e as pré-candidatas mulheres. Um episódio que chama atenção especial, é o do programa Roda Viva, da TV Cultura, em que jornalistas ao entrevistarem a pré-candidata Manuela D'Ávila interromperam-na sessenta e duas vezes, além de em todos os programas questionarem-na sobre planos de aliança em que não necessariamente figurasse como central. A disputa de masculinidades no campo da hegemonia política mantém-se, demonstrando que os controladores de acesso da agenda pública no Brasil continuam sendo homens cisgêneros brancos e com alguns discursos e performances evidentes que serão abordados, portanto, por este estudo.

Os dados: hipermasculinidade neoconservadora liberal – tempos de antagonismos no estado (de exceção) brasileiro

Preocupados e na tentativa de retratar de forma mais holística possível a atual conjuntura da corrida eleitoral brasileira, sentimos a necessidade de desenhar um panorama das plataformas de comunicação e a forma como as eleições e pré-candidaturas têm sido abordadas por cada uma. Grande volume de informação disponível tanto nas emissoras abertas quanto pagas de televisão são disponibilizados no site Youtube®, desde trechos de entrevistas até programas completos. Tanto pela facilidade, quanto pelo alcance, optamos por apresentar o atual panorama dessa plataforma online de vídeos a fim de melhor compreender os dados gerados. Na página inicial, ao acessar o referido site, é possível executar buscas aos conteúdos desejados, inscrevemos nesse campo, inicialmente, os termos “sabatinas 2018” e “pré-candidaturas 2018”. Os resultados exibidos consistiram, majoritariamente nos programas das emissoras Band, SBT, Jovem Pan e TV Cultura; foram exibidos também vídeos de canais populares no Youtube® geridos por pessoas conhecidas como *influencers* cujo número de visualizações chega à casa dos milhões, como o caso dos canais Nando Moura e Mamãe Falei, ambos bastante atuantes no endereço virtual observado.

Consideramos importante pontuar a existência de um número expressivo de canais que abordam questões ligadas à política geridos por homens cisgêneros de classe média, brancos e com performances que sugerem uma *hipermasculinidade*, pela relação com o contexto de pesquisa. Marilena Chauí (2016) ao descrever as movimentações em torno do golpe parlamentar de 2016, pontua a adesão de parte da ‘nova classe trabalhadora’ à classe média e que, com grande influência da mídia golpista foi às ruas bater panela contra a corrupção e “o fez com uma violência, um ressentimento e um desejo de vingança não encontrados nem mesmo nas Marchas pela Família que encabeçaram o golpe de 1964” (p.22, 2016)

Consonante ao que pontua a filósofa, há um teor bastante agressivo e violento imbricado nos discursos proferidos pelos pré-candidatos observados, ao atentar-mo-nos à forma como esses corpos performam os discursos defendidos, como os corpos dos pré-candidatos falam em unísono com seus posicionamentos. Foram observados gestos, vestimentas, adereços, postura corporal e movimentação durante as entrevistas; bem como tom da voz e maneira como fazem contato visual com as/os apresentadoras/es e telespectadoras/es.

Quando focamos os produtores de vídeos e mídias compartilhados no Youtube®, os exemplos mais expressivos são: Canal Patriotas (500 mil inscritos), MBL (360 mil inscritos), Mamãe Falei (1.130 mil inscritos) e Nando Moura (2.340 mil inscritos). O Canal Patriotas é dotado de um caráter bastante conservador e exhibe na foto de perfil um desenho realista do pré-candidato Jair Bolsonaro, mostrando assim o apoio a ele. O canal MBL é advento do Movimento Brasil Livre, que levou a classe média às ruas do país a favor do golpe parlamentar de 2016. O canal Mamãe Falei é gerido por Arthur Duval e é um dos canais mais acessados. Utiliza linguagem extremamente simples, exemplos concretos de pouca complexidade,

emite opiniões leigas que, por consequência, acabam por entrar em consonância com o que diz a grande mídia e o que tem pensado parte da população brasileira, graças a ela. Quanto ao canal Nando Moura, líder em inscrições e visualizações, trata-se de conteúdos relacionados – como o próprio afirma na seção designada à descrição do canal na página – à música, filosofia, economia, teologia, política e atualidades. Além do grande número de pessoas que acessam e compartilham os conteúdos postados, o referido canal chama nossa atenção pela forma como são dispostas as ideias do apresentador, que assim como Arthur Duval, Nando Moura performatiza o que compreendemos aqui como *hipermasculinidade*, somada a um neoconservadorismo disfarçado de liberalismo ou, como vêm se colocando algumas pessoas *libertarianismo*, uma vertente mais atualizada do liberalismo inglês e mesmo norte-americano.

Em contrapartida, fomos em busca de canais e *youtubers* acessados por pessoas que não se identificam com os canais acima apresentados, bem como com os valores e ideias que vem sendo neles reproduzido. Pouco conteúdo, entretanto, foi encontrado e os que habitam a plataforma observada não chegam a angariar a quantidade de visualizações que seus colegas reacionários. Dentre os canais acessados posicionados mais à esquerda, o canal TV 247 (117 mil inscritos) apresenta os maiores números de visualizações dos conteúdos postados, seguido pelo canal Justificando (61 mil inscritos) e Tese Onze, de Sabrina Fernandes (25 mil inscritos). Como pudemos perceber há uma diferença bastante evidente na comparação de popularidade dos canais apresentados. Outra diferença consistente parece ser quanto à pesquisa e seriedade dos conteúdos apresentados: os canais com maior número de acessos são aqueles cujas ideias propagadas giram em torno de posturas e ideias que envolvem, como os mesmos costumam falar, “ligar o foda-se”, ser “liberal e conservador”, “nacionalista”, ser “do contra”, etc. evidenciando pouco conhecimento acerca dos temas a ponto de colocar conceitos antagônicos de forma aproximada (conservador liberal, por exemplo).

Provavelmente a pergunta que vem à tona quando observamos o cenário apresentado é “como é possível esse tipo de discurso estar em voga?”. Sobre isso podemos considerar que há um certo tempo já havíamos sido avisados da possibilidade de candidatos tipicamente “anti-políticos” e com tendências fascistas ganharem grande visibilidade nas corridas eleitorais: ao menos desde a campanha do atual presidente dos Estados Unidos Donald Trump.

O discurso do homem cisgênero como controlador de acesso à agenda pública – os pré-candidatos

A política de Estado consiste em uma narrativa contada a partir de propostas que terão impacto nas vidas, futuros e destinos da espécie na Terra, em determinados contextos específicos caracterizados por linhas imaginárias de tratados

largamente pactuados como internacionalmente legítimos, como Nações em geral soberanas – ainda que advindas de histórico de colonização e de imposição de modos de produção que visassem exploração de natureza barata em regimes de escravidão, o que Haraway (2016) explicará como o fenômeno conhecido por *capitaloceno* – fenômeno este que a nós é evidente tratar-se de um regime socioeconômico de acesso controlado também por homens cisgêneros brancos *ultramilionários*, em nível global. Connell (2016) é enfática e assertiva ao analisar que o neoliberalismo é uma estrutura da masculinidade que regula o Estado.

Admitir o Estado como legitimador de possibilidades ou impossibilidades de acesso e permanência, de legibilidade e visibilidade, de regimes de trabalho, de controles de corpos é admitir o lugar em que materialmente se impõe o discurso como performance no peso da lei e a partir de que forma de aparelhamento e estratégia será executada sob a máscara da representatividade. No entanto, a inquietação de Boneti (2017) desmascara a representatividade ao apontar que apesar de sermos um país de maioria de mulheres, nas eleições municipais de 2016 apenas 13,5% de candidatas foram eleitas vereadoras, e 10,95% prefeitas no Brasil; e ao pontuar assertivamente que após o processo sexista de golpe parlamentar que tirou a atual Presidenta Eleita Dilma Rousseff do cargo, Michel Temer assume a presidência com todos os ministérios chefiados apenas por homens – o que não havia acontecido mesmo durante os governos da ditadura militar – e extingue por meio de Decreto Parlamentar o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

Os três expoentes homens cisgêneros que centralizam maior número de seguidores e visualizações, Álvaro Dias, Geraldo Alckmin e Jair Bolsonaro possuem pontos discursivos comuns, para além de serem vozes de homens cisgêneros repositonadas na história do presente – especialmente o discurso neoliberal, uma função mínima de Estado, mas com dispositivos de controle da vida privada. No entanto, algumas especificidades discursivas de masculinidade demonstram tais nuances na coabitação no campo do hegemônico.

Jair Bolsonaro no programa de entrevista de maior visualização na fotografia de pesquisa que realizamos, mesmo que questionado sobre economia, ou sobre fronteiras, traz discursos de segurança pública, criminalização, armamento e ultra-encarceramento. É lembrado pelos entrevistadores e entrevistadora de um discurso em que tiraria os seguidores do pedagogo Paulo Freire do Ministério da Educação com lança-chamas. Revela aqui uma evidente construção de masculinidade que se posiciona no campo do hegemônico: uma masculinidade militarizada, que se espetaculariza a partir de conteúdos de violência e dominação de corpos. Em outro momento, tratando da reforma da previdência diz que “fuzil não é bengala”, ao referir-se sobre os militares. Trata da Intervenção Militar que está em operação no Rio de Janeiro por decreto do presidente ilegítimo Michel Temer, afirmando que teria sido contra uma operação sem planejamento, como

analisa que foi, mas é favorável a intervenção militar, de modo que votou favorável a proposta do governo.

Utiliza sempre exemplos concretos e exemplos de sua própria vida. Trata da ineficiência do Estado e cerne da corrupção o fato de existirem “chefes” de partidos – evidenciando controladores de acesso da agenda pública de modo naturalizado nesta estrutura –, e sempre que se refere a parlamentares trata de outros homens cisgêneros. Nas raras menções que faz a Presidenta Eleita Dilma Rousseff, trata-a como “senhora”, e ao falar de Marina Silva, que figura uma das possibilidades de segundo turno, faz questão de evidenciar que Ciro Gomes aparece no páreo com ela, e que entre os dois “tanto fazia” quem fosse contra ele.

Jair Bolsonaro é lembrado de dois processos que sofre no Supremo Tribunal Federal por crime de apologia ao estupro contra Deputada Federal Maria do Rosário, e por crime de racismo e xenofobia – e faz a narrativa da lei do racismo que a partir da “sua” leitura, demarcadamente não configura-se, e até desculpa-se pelas ofensas a indígenas e quilombolas, tratando sua fala como liberdade de expressão. Quando criticado por não conseguir compreender as diferentes estruturas de Estado e as atribuições do Executivo e do Legislativo se coloca como humilde. Um dos entrevistadores questiona-o sobre documentos do Exército que criticavam-no como desequilibrado, ilógico, e com excessiva ambição, e ele destaca meramente que nunca fora expulso do Exército, e continuava capitão “remunerado”. Finaliza a entrevista com uma reflexão religiosa acerca de Deus.

Quanto aos aspectos corporais, talvez o que mais tenha chamado nossa atenção foi que o pré-candidato evitava o contato visual direto com os entrevistadores e câmeras. Aparentemente inquieto, mexeu no relógio, no nariz e mudou de posição na cadeira por diversas vezes. Outro elemento que se destacou foram as diversas alterações no volume e tom de voz durante a entrevista, pendendo aos tons mais agudos e altos quando tentando se defender ou esquivar de perguntas delicadas. As roupas e adereços (terno, gravata, relógio, aliança) produzem uma imagem condizente ao que reproduzimos historicamente como *homem público* sugerindo um estado civil estável, uma classe social alta, além da cisgeneridade e branquitude inquestionáveis.

O historiador Álvaro Dias, atual Senador da República já inicia sua sabatina tendo que responder sobre uma possível aliança única em torno da candidatura de Geraldo Alckmin, e anuncia que não seria uma barreira para essa grande aliança (em que no panorama atual é apenas de homens cisgêneros para tal espectro ideológico). Trata o tempo todo sobre um Estado Suprapartidário, baseado em eficiência de gestão. Aqui verificamos claramente a visão da política neoliberal, construtora de masculinidades aos moldes do que aponta Connell (2016) acerca de discursos masculinos que buscam uma suposta “neutralidade” no campo do debate – seja de gênero ou não, afinal “gênero” não é uma categoria que coloca masculinidade necessariamente *em relação* à feminilidade, mas sim também no

discurso e performance *entre seus pares*.

No caso do pré-candidato em questão, no entanto, uma suposta “neutralidade” do Executivo como mecanismo do Estado, é compensada no atrelamento de mecanismos de controle ao Legislativo: “[...] O presidente nesse presidencialismo de muita força chega ao poder e apresenta o conjunto de mudanças que pretende impor, e primeiro vai a sociedade, inverte o processo: em vez de ir primeiro ao congresso, e depois à sociedade”, diz. Seu discurso é de que a presidência é, na verdade, um “balcão de negócios” para partidos e bancadas – anunciando, tal qual Jair Bolsonaro a existência de controladores de acesso da agenda pública nas estruturas partidárias. Há portanto, um mecanismo de controle do Estado, mas com a figura não de um Presidente da República como seu “chefe”, mas como um gestor eficiente.

O gestor “Executivo” pretende que se restrinja a participação popular para valorar as propostas do mecanismo de menor representatividade social: o próprio Legislativo, em que no panorama já descrito apresenta uma minoria de representação de mulheres cisgêneras, que são maioria de população no Brasil – que dirá de outras minorias sociais e interseções com esta própria. Trata a República como uma “Fundação” [financeira] enquanto regime presidencialista, para defender o parlamentarismo. Observamos, portanto, um discurso que de todo modo mantém o controle de acesso da agenda pública nos homens cisgêneros brancos que dominam o *mainstream* de votos em eleições – uma única mera forma de participação frente outras mais qualitativas, como poderiam ser a democracia participativa com todo seu dispositivo legitimado constitucionalmente nos espaços de controle social: Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Conferências, que debatem com maior participação social temas gerais, mas também específicos como as políticas para as mulheres, ou direitos da população LGBT, de pessoas com deficiência, etc., e que tem cunho propositivo e fiscalizador (SILVA, 2017).

De modo geral, Álvaro Dias não trata em nenhum momento de mulheres ou minorias sociais, faz uma breve explanação sobre a pobreza no Brasil, trazendo dados estatísticos. Mas diz que a questão mais emergente a ser observada com maior prioridade são as questões de investimento do país. Diferente do pré-candidato Jair Bolsonaro, Álvaro Dias não traz o foco de seu discurso enquanto controlador de acesso do espaço *mainstream* para a disputa da segurança pública, e nos discursos de encarceramento e eliminação. Mas atenta para a masculinidade bem descrita por Connell (2016) como masculinidade corporativa, que a autora chamará de “hegemônica” ao realizar este recorte. No entanto, percebemos o trânsito das características desta construção hegemônica da masculinidade do campo das Corporações para outros campos de disputa de discurso, como o campo da representatividade política, onde encontra espaço para espetacularizar-se de modo mais plural do que na própria cultura organizacional – uma das categorias que Connell (2016) utiliza para fundamentar a perpetuação de uma masculini-

nidade hegemônica nos ambientes corporativos.

A forma como o pré-candidato ocupa o espaço durante a entrevista demonstra que o mesmo está à vontade com o ambiente em questão. As vestimentas formais (terno, gravata, broche com a bandeira do Brasil, relógio, aliança de ouro na mão esquerda), a fala tranquila, pausada e congruente, demonstram bastante articulação e conhecimento dos códigos-territórios acessados por parlamentares de carreira e o fato de não se mexer muito na cadeira durante a entrevista parecem colaborar para a construção de uma imagem credível do que se concebe historicamente como alguém apto à presidência da República.

O pré-candidato Geraldo Alckmin inicia sua entrevista dizendo que seu partido não está imune a críticas, mas enuncia que não entende que ele seja privilegiado pela justiça no Brasil, mesmo quando apresentados parlamentares deste partido como réus de processos no Supremo Tribunal Federal. Ao ser questionado sobre problemas relacionados à corrupção no estado de São Paulo enquanto foi governador, fala sobre todos os projetos que “eles” [ele e seu governo] fizeram enquanto infraestrutura, e “ele” [particularmente] quebrou o monopólio do pedágio.

Salienta durante a entrevista que tem quarenta anos de vida pública, e cita toda a sua vida parlamentar desde que foi vereador pela primeira vez. Diz desconhecer outro deputado que assim como ele não tenha se aposentado com o salário de deputado federal, tendo deixado seu dinheiro “para o povo brasileiro” e tendo se aposentado depois de quarenta e seis anos de trabalho pelo INSS, isso tudo pedindo licença para falar diretamente com quem estivesse assistindo. Destaca ao falar sobre candidatos investigados de seu partido, e sobre se subiria em um palanque com eles que é dever de todo “homem público” prestar contas. “Rigor, eficiência e resultado” diz ser seu discurso parlamentar desde que fora prefeito pela primeira vez na década de 1970.

Aqui percebemos um assemelhamento do discurso de uma *masculinidade corporativa* que ruma em congruência ao discurso do pré-candidato Álvaro Dias, além de dizer ter criado a ideia da “convergência democrática suprapartidária” idealizada por este – que, aliás, é citado por um dos entrevistadores como um possível nome para compor aliança já no primeiro turno como vice-presidente. No entanto, há também diferenças: percebemos que seu discurso demanda a valoração de suas ações e da sua conduta supostamente rigorosamente dentro da lei como fundamento da sua imagem como “o homem público”, não verificada no discurso de Álvaro Dias.

Se coloca como controlador de acesso quando diz ser sua missão “convencer” a população brasileira do “seu” programa de governo. Promete também que seu partido terá os melhores palanques eleitorais do Brasil, e promete que “ele”, diferente do “populismo irresponsável” poderia “zerar o déficit público do país em dois anos”, e então fala de segurança pública retratando que diminuiu cerca de

70% dos homicídios enquanto foi governador.

Fala sobre Jair Bolsonaro dizendo que “quem anda para trás é caranguejo”, e compara este pré-candidato ao “populismo” do Partido dos Trabalhadores. No entanto, ao aprofundar o debate sobre a segurança pública em São Paulo, Alckmin trata de “os bandidos” contra “eles” [governo], e relembra com ênfase discursiva que “fez” prisões de segurança máxima. Reforça a ideia combativa contra as drogas, e, por consequência, a lógica atual de encarceramento. Não identificamos no discurso sobre segurança pública algo que indicasse um enrijecimento de penas e política de aprisionamento, a não ser a menção pela manutenção. No entanto, o discurso é marcado por diversos modos de enrijecimento que o governo de São Paulo já havia executado, narrados pelo próprio Alckmin ao longo da entrevista, sobre seu governo: como o melhor aparelhamento da Polícia Militar, porque reconhecia que em São Paulo os “bandidos eram fortemente armados”, diz.

Em uma única fala durante toda a entrevista em que trata sobre mulheres fala sobre as grávidas, lembrando que elas representam um ponto de algo que precisa ser corrigido na atual reforma trabalhista realizada pelo governo ilegítimo de Michel Temer – construída, aliás, majoritariamente por controladores de acesso da agenda pública: homens cisgêneros brancos. Hoje no Brasil podem ser submetidas a trabalho insalubre, por exemplo, gestantes e lactantes.

Geraldo Alckmin, como o mesmo parece gostar de pontuar, habita o cenário político há aproximadamente quatro décadas, talvez por isso seja bastante visível o domínio da gramática parlamentar. Utiliza o espaço com mais desenvoltura, dirige a palavra aos espectadores e manobra as respostas de forma a fugir de críticas mais diretas utilizando gestos como contar os dedos e olhar para a câmera para passar uma sensação de confiabilidade. Os mesmos elementos apresentados pelos demais pré-candidatos como terno, gravata, aliança, relógio confirmam que os controladores de acesso da agenda pública são homens cisgêneros, heterossexuais, casados, brancos e de classe média alta, reiterados pelos discursos.

Por fim, fala sobre transmitir “confiança” como forma de atrair investimentos, ou seja, usar de uma estratégia discursiva legitimada na democracia representativa de presidencialismo para atrair outros controladores de acesso financeiro para o controle da agenda pública – o que o afasta de uma visão diminuta do Estado e função presidencial meramente gestora “executiva” de um parlamentarismo, tal qual a proposta de Álvaro Dias. Visualizamos, portanto, diferenças apesar das aproximações. No entanto, nunca diferenças grandes demais ao aliançarem-se entre controladores de acesso da agenda pública.

As mais evidentes diferenças ao pré-candidato Jair Bolsonaro presentes (ou ausentes) nos discursos dos outros dois pré-candidatos tratam-se também de diferenças no modo de posicionar a narrativa enquanto masculinidade de “maior controle emocional” e racionalidade exigida pela construção corporativa, versus

uma postura de resolução de complexas situações sociais por meio da imposição de um aparelhamento de repressão fortemente armado – inclusive corpos civis em livre trânsito. No entanto, e, apesar destas construções serem de diversas formas diferentes, elas coabitam um mesmo espaço de disputa ao mesmo tempo que congruência no campo do hegemônico, em que ambas são construções passíveis de legibilidade discursiva, e de legitimação de plano governamental por meio de ferramentas de representação que meramente tem funcionado no Brasil como controladores de acesso da agenda pública para as pautas que interessam justamente aqueles setores que suas masculinidades representam.

Considerações Finais

Como podemos perceber o campo do hegemônico é marcado não por uma masculinidade, mas por uma diversidade. Desconsideramos por exemplo as candidaturas que não estiveram figurando no *mainstream* da pré-campanha política em função do objetivo da pesquisa, mas elas estão lá, angariando eleitores e eleitoras e disputando campos de discurso. No entanto, não há um enquadramento mais adequado para pensar sobre hegemonia do que os processos de disputa política, em que serão postos ao público planos ideológicos de governo, além de apresentar de fato quem representa tal plano ideológico, ou, poderíamos brincar com o termo utilizado por Connell (2016), *corporifica* aquilo que está sendo espetacularizado como plano.

No entanto, a reflexão sobre corporificação é mais profunda do que uma brincadeira com um termo. Tal como Connell (2016) percebe o neoliberalismo como uma estrutura de corporificação da masculinidade, nós, para além de concordarmos com tal análise também afirmamos que a estrutura da política representativa no Brasil trata de uma estrutura de corporificação de masculinidades – independente de elas serem necessariamente neoliberais, mas também apresentando outros dispositivos de controle de acesso.

A corrida na política representativa em um Estado-Nação é certamente o cerne de diversos processos de narrativas de futuro e da revelação de profundas estruturas ideológicas de manutenção ou de revanche, em que inclusive estão no jogo as grandes Corporações internacionais que se beneficiam das estruturas neoliberais. O plano político discursado é ele próprio um controlador de acesso, que inclusive dá ou não abertura ao neoliberalismo e as grandes Corporações à agenda pública. A estrutura da política representativa no Brasil, portanto, é sobretudo uma *máquina eficiente* que corporifica a masculinidade (1) através do controle do orçamento público e seu destino nos planos de governo; (2) através do aparelhamento ideológico da máquina executiva, entre eles Ministérios e Secretarias estratégicas; (3) através do aparelhamento institucional da máquina legislativa, quer observemos a realidade macro, quer observemos a realidade micro - Es-

tados, Municípios. Basicamente, a *estrutura aparelhada da política representativa brasileira tem o acesso absolutamente controlado por homens cisgêneros brancos*, e já é fisiológica a manutenção de acordos entre controladores: desde os *chefes de partidos* aos eleitores e eleitoras que podem ser *convencidos* de um plano de governo. Toda a cadeia estrutural da política representativa brasileira – justamente a que menos representa a população, embora seja a que mais controla acessos à agenda pública – é a anatomia de uma masculinidade corporificada, pois fornece acesso ao que quer, destinando o valor exorbitante que for necessário nas operações que considerar mais adequadas ao seu quadro ideológico. E, sobretudo negando acessos, investimentos e suporte aparelhado àquilo que seu quadro ideológico não sustente junto das alianças que faz entre partidos para estabelecer quadro de candidaturas e tempo de televisão e rádio no horário eleitoral gratuito –, sem passar pelo crivo de diversidade alguma, além de espetacularizar-se e mostrar-se como construtor de ideais críveis e legítimos de masculinidades cisgêneras aos consumidores dessas imagens.

Um segundo campo emergente em nossa pesquisa e aparentemente bastante frutífero em termos de disputas por discursos no campo hegemônico no que tange às construções de masculinidades no Brasil contemporâneo que somam com o panorama pré-eleitoral, foram os canais do endereço virtual Youtube® por nós observados e apresentados ao longo deste artigo. Principalmente pelos números estratosféricos de acessos e visualizações dos conteúdos postados, os canais Nando Moura e Mamãe Falei foram destacados. Com linguagem fácil e direta, exemplos concretos e palpáveis, por vezes beirando a infantilidade e postura aparentemente crítica em relação à grande mídia, personificados nos corpos de Fernando Moura e Arthur Duval, ambos homens cisgêneros, brancos, *hipermasculinos* (barbas, músculos, voz, performance, etc.) que se colocam politicamente como *liberais e conservadores* no ponto de vista de uma suposta moral eleita por eles como a correta. Outro ponto em comum é que ambos parecem pertencer às classes mais abastadas, ao menos pela arquitetura dos locais onde são gravados os vídeos e aparentemente onde residem os apresentadores, o que também soma ao panorama evidenciado nas sabatinas dos pré-candidatos enquanto performance.

Perguntamo-nos novamente como podem discursos tão desqualificados estarem presentes no campo hegemônico? Lembramos das manifestações de 2013; do início do Movimento Brasil Livre com grande número de jovens entre 16 e 25 anos consumindo, compartilhando e reproduzindo esse tipo de conteúdo em plataformas de redes sociais; da candidatura à presidência de Levy Fidelix no ano de 2014 com enunciados LGBTfóbicos; e, percebemos que os sinais já indicavam a grande chance de uma valorização de discursos díspares em relação ao que construímos desde 1988, em termos de democracia e direitos humanos a duras penas.

Referências

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. 2ª ed. Natal: EDUFRN, 2014.

BONETI, Suziane. **Participação político-partidária das mulheres no processo eleitoral da região da Amosc**. 2017. 192 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção integral à saúde do homem**: princípios e diretrizes. Brasília – DF, 2008.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W.; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos feministas**, p. 241-282, 2013.

DATAFOLHA. **Intenção de voto para presidente da República PO813964 de 06 e 07 de junho de 2018**. 2018. Disponível em <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/06/22/08fa14d3cef22ac80a3dcb2427ecda84ivc.pdf>> Acesso em: 07-06-2018.

HARAWAY, Donna J. Capitaloceno, Antropoceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica**. Ano 3, n. 05. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos Gregos a Freud. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001.

SILVA, Lucas Guerra da. **Empoderamento de lideranças e ativistas LGBT para controle social no SUS**. 2017. 147 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2017.

Recebido em outubro de 2018.

Aprovado em março de 2019.